

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Relatório da Administração	6
Demonstrações contábeis	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	18

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Administradores e Acionistas da
Tijóá Participações e Investimentos S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tijóá Participações e Investimentos S.A. (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tijóá Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

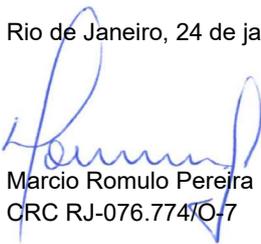
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2022.



Marcio Romulo Pereira
CRC RJ-076.774/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Senhores Acionistas:

De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Perfil Corporativo

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (“Tijoá” ou “Companhia”) é a concessionária da usina hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos” ou “Usina”), responsável por sua administração, operação e manutenção.

A concessão da UHE Três Irmãos foi outorgada à Tijoá através do Leilão ANEEL 02/2014 e está regulada pelo Contrato de Concessão nº 003/2014-MME, cujo prazo de vigência é de 30 anos contados de 10 de outubro de 2014.

A UHE Três Irmãos está localizada no município de Andradina, estado de São Paulo, na região do baixo Tietê. Possui 5 unidades geradoras, capacidade instalada de 807,5 MW e energia assegurada de 217,5 MW. A usina conta ainda com uma estrutura de duas eclusas e um canal que possibilitam a navegação pela Hidrovia Tietê-Paraná.

Em 20 de julho de 2021 a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013, e fixou tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da Tijoá para o período de 01/07/2021 a 30/06/2022 por meio da Resolução Homologatória Nº 2.902.

Estrutura Societária

A Tijoá está organizada na forma de uma sociedade anônima fechada e tem como acionistas a Juno Participações e Investimentos S.A., com 50,1% das ações, e FURNAS Centrais Elétricas S.A., com 49,9% das ações.

Perspectivas da Administração

Em concordância com o Plano de investimento de longo prazo e de manutenção, durante o ano de 2022, a Tijoá aplicará recursos e esforços para (i) a modernização do sistema digital de supervisão e controle (SDSC) da usina; (ii) a modernização dos quadros de comando e supervisão da comporta de emergência da Unidade Geradora 02 e dos poços de drenagem do vertedouro e bacia de dissipação; (iii) a implantação de sistemas de monitoramento de descargas parciais nos geradores 01 a 05 e nos transformadores elevadores 170MVA; (iv) a implantação do sistema de lubrificação manual guia inferior para partida lenta nas Unidades Geradoras 01 a 04; (v) a implantação do sistema de medição de nível de montante e jusante da usina; (vi) a modernização dos fluxômetros da água de selagem do vedador do eixo das Unidades Geradoras 01 a 05; (vii) implantação de um sistema fechado de televisão (CFTV);

(viii) aquisição de instrumento localizador de falhas de isolamento e (x) aquisição de cabo de aço para o guincho auxiliar de 40kN do pórtico de 750kN da tomada d'água da usina. Serão ainda realizados serviços de (i) organização do arquivo técnico da usina; (ii) recuperação do transformador de excitação (TEX) da Unidade Geradora 05; (iii) inspeção na linha de vida instalada

na casa de máquinas da usina; (iv) reinstalação das boias de sistema de sinalização náutica no reservatório; (v) manutenção dos compressores de ar de serviço da usina; (vi) reforma nas estruturas internas dos elevadores; (vii) motorização do portão da área de montagem da usina; (viii) reforma das bombas do poço de drenagem da área de montagem; (ix) revestimento da tubulação do by-pass da Unidade Geradora 02; (x) pintura interna da cada de força da usina; (xi) pintura do pórtico 750kN e (xii) atualização do Plano de Segurança de Barragem e do Plano de Atendimento de Emergência (PAE). Ademais serão continuados os serviços de execução do projeto de adequação das estruturas da usina para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

Principais Realizações de 2021

No ano de 2021 a Tijoá manteve o índice de disponibilidade da instalação UHE Três Irmãos acima do índice mínimo exigido (89,581%), de acordo com a Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 125 de 17 de abril de 2013, sendo o último índice verificado no ano de 95,119%. O índice apurado no final de 2021 representou um acréscimo de 0,519% em relação ao valor verificado no último índice do ano anterior. Vale ressaltar que, em setembro de 2021, a UHE Três Irmãos obteve sua menor marca de indisponibilidade de geração de energia elétrica durante todo o período de concessão da Tijoá Energia e conseqüentemente, o maior índice de disponibilidade de geração para o período.

Durante o ano de 2021 foram realizadas (i) manutenções preventivas periódicas do tipo 1 (MPP1) nas Unidades Geradoras 03 e UG 05; (ii) serviços de pintura no pórtico 5000/500kN e limpa-grades, nas cobertura móveis da casa de força sobre as Unidades Geradoras, nas grades de proteção da crista da tomada d'água, nas paredes corta-fogo dos transformadores elevadores e na fachada da usina; (iii) modernização dos reguladores de tensão e velocidade da Unidade Geradora 03; (iv) modernização do regulador de velocidade da Unidade Geradora 05; (v) reparo de cavitação nos rotores das turbinas das Unidades Geradoras 03 e UG 05; (vi) reforma de um transformador elevador 170MVA; (vii) reforma das rodas da comporta reserva para as Unidades Geradoras; (viii) substituição das tubulações do sistema resfriamento da Unidade Geradora 03; (ix) modernização dos quadros de comando e supervisão para das comportas de serviço das Unidades Geradoras 03 e 05; (x) modernização do sistema de monitoramento de vibração e temperatura das Unidades Geradoras; (xi) implantação do sistema de lubrificação mancal guia inferior para partida lenta na Unidade Geradora 05; (xii) instalação de monovia na galeria de bombas da usina; (xiii) instalação de drenos nos filtros duplex (água da gaxeta) das Unidades Geradoras e substituição das cruzetas dos postes da rede de alimentação 13,8kV de serviço auxiliar da UHE Três Irmãos.

Além disso, a Tijoá adquiriu para a usina (i) um torno mecânico com barramento de 2200mm; (ii) uma plataforma de trabalho em altura (PTA) e (iii) um transformador de excitação sobressalente.

Destacam-se ainda (i) o início da execução do projeto de adequação das estruturas da usina para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB); (ii) a implantação dos marcos topográficos e (iii) do Plano de Ação de Emergência (PAE) na usina e nas zonas de auto salvamento, em atendimento à regulação vigente para segurança de barragem.

Por fim, ressalta-se a realização dos serviços de manutenção corretiva da Unidade Geradora 04, após a ocorrência de falha no estator da máquina. A falha foi causada por curto-circuito entre o barramento circular do estator e o cabo de conexão dos acopladores capacitivos do sistema de medição de descargas parciais, devido a contato inadequado e surgimento de descargas parciais

nesse ponto de contato. O prazo total da intervenção de manutenção corretiva para a recuperação da falha do gerador foi de 35 dias.

No que se refere à gestão ambiental e fundiária, a Tijoá deu seguimento ao seu planejamento para atendimento às condicionantes da Licença Ambiental de Operação e demais exigências dos órgãos e agências reguladoras competentes, e solicitou junto ao órgão ambiental licenciador Cetesb, a renovação da Licença de Operação da UHE Três Irmãos.

O Projeto de P&D Controle de Infestação do Mexilhão Dourado por Indução Genética da Infertilidade – Fase III, em coparticipação com empresas do setor elétrico, continua em plena execução pela Tijoá e parceiros envolvidos. O projeto de P&D na área de meio ambiente, denominado “Avaliação da Biodiversidade do Reservatório da UHE Três Irmãos com o Uso de DNA Ambiental e Matabarcoding” também segue em curso, proporcionando resultados satisfatórios e promissores para a nova metodologia de monitoramento ambiental.

Desempenho Econômico e Financeiro

O desempenho econômico e financeiro correspondente às operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi:

Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro (Em milhares de reais)

	2021	2020
(+) Receita anual de geração (RAG)	269.861	256.893
(+) Receita de serviços	72	4.371
(=) Receita bruta	269.933	261.264
(-) Tributos	(24.971)	(24.331)
(=) Receita operacional líquida	244.962	236.933
(-) Encargos de geração	(100.178)	(101.079)
(-) Custos de O&M	(15.085)	(17.029)
(-) Custos com pessoal	(12.702)	(10.241)
(-) Seguros operacionais	(1.603)	(1.423)
(=) Lucro operacional	115.394	107.161
(-) Despesas gerais e administrativas	(7.135)	(6.718)
(=) EBITDA	108.259	100.443
(-) Depreciação e amortização	(1.625)	(1.011)
(=) EBIT	106.634	99.432
(-) Resultado financeiro líquido	216	9
(=) Lucro antes do IR e CS	106.850	99.441
(-) IRPJ e CSLL	(36.160)	(33.641)
(=) Lucro líquido do exercício	70.690	65.800

O EBITDA de 2021 atingiu o valor de R\$ 108,3 milhões e o Lucro Líquido do exercício foi de R\$70,7 milhões.

Recursos Humanos

Realizamos a negociação coletiva junto ao sindicato, resultando no acordo coletivo de trabalho para todos os funcionários da Tijoá, vigente até maio/23. Realizamos a campanha de vacinação influenza quadrivalente para os todos os colaboradores.

Em continuidade ao controle e monitoramento da pandemia decorrente da Covid -19, a companhia manteve a manutenção de parte de suas operações administrativas no modelo *home-office*, com a finalidade de evitar a disseminação e propagação do Vírus.

Em parceria com a área jurídica, adequamos todas as políticas e documentação referente a área de RH de acordo com a regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Meio Ambiente

A Licença Ambiental de Operação da UHE Três Irmãos foi emitida para a Tijoá pela CETESB em 10 de outubro de 2014 e tem validade até 2 de dezembro de 2021. Todas as condicionantes da Licença Ambiental de Operação estão sendo cumpridas. Além disso, a Tijoá também atende outras exigências de cunho ambiental, estabelecidas por agências reguladoras como ANA e ANEEL. Em 22/07/21 a Tijoá requereu, junto ao órgão ambiental licenciador – Cetesb, dentro do prazo estabelecido na Licença de Operação vigente, a renovação da Licença de Operação. O atendimento a este prazo mantém a operação da UHE Três Irmãos regular perante o licenciamento ambiental do empreendimento.

No âmbito das obrigações que remontam a época de implantação da UHE em 1990, destaca-se a realização de 109 escriturações e registros imobiliários, como parte da titulação de 115 lotes do Programa de Reassentamento. As famílias foram reassentadas no início do enchimento do reservatório e até a assunção da concessão pela Tijoá, não haviam recebido ainda a titulação dos seus lotes. O processo de conclusão da titulação irá continuar pelo ano de 2022.

Cabe ressaltar também que o Centro de Conservação do Cervo do Pantanal (CCCP) encontra-se atualmente com 45 animais (aumento de 41% em relação ao início dos trabalhos de manejo da Tijoá em 2015), indicando que o manejo dos animais vem sendo conduzido de forma correta e eficiente. No âmbito do Convênio de Cooperação Técnico-Científica para o Projeto Manejo e Conservação do Cervo-do-pantana celebrado entre a Tijoá, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e a Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão (FUNEP), as obras do CCCP na Unesp foram concluídas e todos os animais do plantel já foram transferidos para o novo local.

Outros destaques do ano de 2021, no âmbito do atendimento das condicionantes ambientais da LO – Licença de Operação, são listados a seguir:

- a manifestação da Cetesb informando não haver nenhum óbice quanto às tratativas em curso para o atendimento da obrigação 1.10 por via indireta, de acordo com os termos propostos no pleito oficial submetido à Cetesb pela Tijoá, relativo à implantação das Unidades de Conservação Ambiental;
- a continuidade das ações de reflorestamento de 30 hectares no corredor ecológico entre a mata do Maturi e o Parque do Rio do Peixe;
- a continuidade do Programa de Reflorestamento em 780ha de projeto no entorno do reservatório;
- a disseminação das ferramentas virtuais de Educação Ambiental no site da Tijoá e nas prefeituras no entorno do reservatório, por meio da apresentação ao público dos podcasts,

cartilha e roteiros de vídeo que trazem informações ambientais e boas práticas junto às comunidades do entorno do reservatório;

- a entrega de mais um relatório bienal de atendimento às condicionantes ambientais, encerrando o último ciclo de vigência da Licença de Operação (2020- 2021).

No âmbito do atendimento às demandas das Agências reguladoras na área de meio ambiente e fundiário, em 2021, é possível destacar:

- a regularização de 28% estruturas irregulares na borda do reservatório por meio da remoção de estruturas e/ou celebração de contratos de cessão de uso;
- as tratativas com a Agência Nacional de Águas para o refinamento dos estudos da curva cotam x área x volume do reservatório.

Agradecimentos

A Tijoá registra seu agradecimento e reconhecimento ao empenho do quadro funcional, assim como de todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da sua missão.

Conselho de Administração

Titulares: Carlo Alberto Bottarelli, Roberto Solheid da Costa de Carvalho, Leticia Costa Manna Leite e Anderson Lanna Alves Bittencourt

Suplentes: João Villar Garcia, Dorival Pagani Junior, Bernardo Braga Teixeira, Ilton Barboza Telles

Conselho Fiscal

Titulares: Bruno Shigueyoshi Oshiro, Fabio Ribeiro Pizzo e Paulo Roberto Franceschi

Suplentes: Evandro Ferreira de Oliveira, Rodrigo Figueiredo Soria e Ricardo Bertucci

Diretoria

Presidente Diretor Técnico: Newton Lins Buarque Sucupira Filho

Diretor Administrativo e Financeiro: Luiz Eduardo Barros Manara

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.473	12.822
Aplicação financeira vinculada	5	7.567	7.963
Contas a receber	6	23.294	23.201
Impostos a recuperar	7	328	103
Outros créditos	8	4.552	2.728
Total do ativo circulante		<u>41.214</u>	<u>46.817</u>
Ativo não circulante			
Depósito caução - aluguel		42	42
Outros créditos	8	427	-
Impostos diferidos	24(a)	529	-
Imobilizado	9	52.991	47.760
Intangível	10	4.470	776
Total do ativo não circulante		<u>58.459</u>	<u>48.578</u>
Total do ativo		<u><u>99.673</u></u>	<u><u>95.395</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante			
Contas a pagar	11	2.948	2.956
Encargos do setor	12	12.534	12.719
Partes relacionadas	13	665	1.181
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	14	1.866	1.591
Provisões participações nos lucros, gratificações, bônus e encargos	15	1.848	-
Impostos e contribuições a recolher	16	3.904	2.911
Outras obrigações		-	1
Total do passivo circulante		<u>23.765</u>	<u>21.359</u>
Passivo não circulante			
Provisão para riscos	27	20	-
Obrigações especiais	17	27.637	28.675
Total do passivo não circulante		<u>27.657</u>	<u>28.675</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	18.1	13.801	13.801
Reservas de lucros	18.2	34.450	21.560
Dividendos adicionais propostos	18.3	-	10.000
Total do patrimônio líquido		<u>48.251</u>	<u>45.361</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>99.673</u>	<u>95.395</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de produtos e serviços operacionais	19	236.255	221.812
Custo dos produtos e serviços	20	(121.384)	(114.923)
Lucro bruto		114.871	106.889
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(8.237)	(7.457)
Lucro antes do resultado financeiro		106.634	99.432
Receitas financeiras	22	594	372
Despesas financeiras	22	(378)	(363)
Resultado financeiro		216	9
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		106.850	99.441
IRPJ e CSLL - Corrente	24(b)	(36.689)	(33.428)
IRPJ e CSLL - Diferido	24(b)	529	(213)
Lucro líquido do exercício		70.690	65.800
Lucro por ação - Em R\$	18.4	5,12	4,77

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado do exercício	70.690	65.800
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>70.690</u>	<u>65.800</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Em 31 de dezembro de 2019		13.801	2.760	14.617	-	-	31.178
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	65.800	65.800
Constituição de reservas		-	-	18.800	-	(18.800)	-
Distribuição de dividendos	18.3	-	-	(14.617)	-	(37.000)	(51.617)
Proposição de distribuição de dividendos	18.3	-	-	-	10.000	(10.000)	-
Em 31 de dezembro de 2020		13.801	2.760	18.800	10.000	-	45.361
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	70.690	70.690
Constituição de reservas		-	-	31.690	-	(31.690)	-
Distribuição de dividendos	18.3	-	-	(18.800)	-	(39.000)	(57.800)
Pagamento de dividendos adicionais propostos	18.3	-	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Em 31 de dezembro de 2021		13.801	2.760	31.690	-	-	48.251

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e CSLL	106.850	99.441
	106.850	99.441
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado/ consumido nas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	2.662	2.049
Obrigações especiais	(1.038)	(1.038)
	108.474	100.452
Resultado ajustado	108.474	100.452
Decréscimo/ (acrécimo) de ativos		
Contas a receber	(93)	(1.276)
Impostos a recuperar	(225)	(59)
Outros créditos	(2.251)	(939)
Acrécimo/ (decrécimo) de passivos		
Fornecedores	(8)	(1.306)
Encargos do setor	(185)	1.255
Partes relacionadas	(516)	303
Salários e encargos sociais a recolher	275	(169)
Provisões PLR, gratificações, bônus e encargos	1.848	(759)
Impostos e contribuições a recolher	(1.954)	(2.935)
Outras obrigações	(1)	(8)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	20	-
Impostos e contribuições pagos	(33.742)	(30.860)
	71.642	63.699
Caixa gerado nas atividades operacionais	71.642	63.699
Das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(11.587)	(6.377)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	59
Dividendos pagos	(67.800)	(51.617)
Aplicação financeira vinculada	396	(1.518)
	(78.991)	(59.453)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(78.991)	(59.453)
(Redução) / Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.349)</u>	<u>4.246</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	12.822	8.576
No final do exercício	5.473	12.822
(Redução) / Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.349)</u>	<u>4.246</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
1. Receitas	269.933	261.264
Vendas produtos e serviços	269.933	261.264
2. Insumos adquiridos de terceiros	(125.756)	(127.643)
Custos dos produtos e serviços	(120.890)	(121.606)
Materiais, serviços e outros	(4.866)	(6.037)
3. Valor adicionado bruto (1 - 2)	144.177	133.621
4. Retenções	(1.625)	(1.012)
Depreciação e amortização	(1.625)	(1.012)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3 - 4)	142.552	132.609
6. Valor adicionado recebido em transferência	594	372
Receitas financeiras	594	372
7. Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)	143.146	132.981
8. Distribuição do valor adicionado	143.146	132.981
Pessoal e encargos	14.097	11.458
Remuneração direta	9.372	7.808
Benefícios	4.084	3.038
F.G.T.S	641	612
Impostos, taxas e contribuições	57.943	55.306
Federais	57.911	55.108
Estaduais	13	14
Municipais	19	184
Remuneração do capital de terceiros	416	417
Juros	9	2
Aluguéis	38	54
Outras	369	361
Juros sobre capital próprio e dividendos	39.000	37.000
Dividendos	39.000	37.000
Lucros retidos	31.690	28.800
Lucros retidos	31.690	28.800

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Companhia ou Concessionária) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 23 de dezembro de 2011, que tem por objeto a exploração de potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica na usina Três Irmãos (Usina) e de atividades correlatas e auxiliares à exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações, observadas as normas regulamentares aplicáveis.

A Companhia detém a concessão em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência da Usina até 10 de outubro de 2044, conforme Contrato de Concessão nº 03/2014-MME, assinado em 10 de dezembro de 2014, outorgado pela União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Contrato determina que toda garantia física de energia e de potência da Usina será alocada, integralmente, em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, a Concessionária, será remunerada por receita decorrente da aplicação da tarifa calculada pela ANEEL denominada Receita Anual de Geração (RAG), a qual passou a receber receita a partir de outubro de 2014.

Os investimentos realizados pela Concessionária, seja de ampliação ou melhoria, serão avaliados e incorporados à RAG no processo de revisão tarifária subsequente.

A Usina localiza-se no município de Andradina, SP com uma potência instalada total de 807,5 MW e energia assegurada 217,5 MWh.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas pela diretoria em 24 de janeiro de 2022.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.3. Pronunciamentos, normas e interpretações que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021, conforme segue:

- (a) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2021.
- (b) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- (c) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) - A partir de 1º de janeiro de 2022.
- (d) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) - A partir de 1º de janeiro de 2022.
- (e) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - A partir de 1º de janeiro de 2023.
- (f) IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Principais práticas contábeis adotadas

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Contas a receber de clientes e provisão para risco de crédito

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das provisões para risco de crédito, a qual é reconhecida considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em períodos anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 6.

c) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

- i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

d) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos ou realizou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, de acordo com as taxas definidas pela ANEEL e demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

A Companhia reconhece ativo de direito de uso e seu respectivo passivo de arrendamento para os contratos de bens de valor significativo e prazo superior a 12 meses, a valor presente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

f) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem direitos de uso de *software*. A amortização é registrada pelo método linear, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 10.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

h) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

i) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número de ações ordinárias totais, ao fim do exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

l) Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	97	43
Aplicações financeiras	5.376	12.779
	5.473	12.822

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento financeiro ou outros fins. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o saldo está aplicado em Certificado de Depósito Bancário – CDB, em instituições financeiras de primeira linha, remunerado às taxas de 98% e 97% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco.

5. Aplicação financeira vinculada

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras – Fiança	7.567	7.963
	7.567	7.963

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o saldo da conta está aplicado em (CDB) Certificado de Depósito Bancário, em instituições financeiras de primeira linha, remunerados a taxa 100% do (CDI) e bloqueado para movimentação em garantia para Carta de fiança.

6. Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber – Terceiros (a)	79	29
Suprimento de energia – CCGF (b)	23.215	23.172
	23.294	23.201

(a) O montante a receber refere-se ao contrato com DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes nº 766/2020.

(b) Montante a receber referente energia alocada em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, e faturadas conforme CCGF-Contrato de Cotas de Garantia Física.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	23.275	23.182
Vencidos a mais de 90 dias	19	19
	23.294	23.201

A Companhia tem como procedimento reconhecer as perdas estimadas para provisões para risco de crédito, quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores envolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da perda é, em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e garantias oferecidas respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Administração da Companhia decidiu que não existe a necessidade de constituição e reconhecimento de perdas estimadas.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
INSS a recuperar	1	-
ICMS a recuperar	2	-
IRRF a recuperar	30	-
IRPJ a recuperar	221	76
CSLL a recuperar	74	27
	328	103

8. Outros créditos

	31/12/2021	31/12/2020
Seguros	1.704	1.352
Carta fiança	207	232
Bloqueio judicial trabalhista	-	80
Créditos previdência privada	-	179
Adiantamento fornecedores	7	1
Adiantamento de férias	21	57
Adiantamento despesas de viagem	1	-
Projetos de P&D (*)	2.612	827
Total circulante	4.552	2.728
Bloqueios judiciais trabalhistas	367	-
Bloqueios judiciais cíveis	60	-
Total não circulante	427	-
	4.979	2.728

(*) Trata-se de projetos em cumprimento da Lei 14.120 /2021, os projetos tem previsão para conclusão no ano de 2022.

9. Imobilizado

	Imobilizado em serviço						Imobilizado em curso					Total
	Máquinas e equipamentos (b)	Veículos	Móveis e utensílios	Reservatórios barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Ativo de direito de uso (a)	Máquinas e equipamentos (b)	Veículos	Adiantamento a fornecedores	Edificações, obras civis e benfeitorias terceiros	Peças sobressalentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	34.433	186	140	598	611	248	3.825	-	180	123	3.350	43.694
Adições	1492	-	75	-	18	-	4.258	262	91	-	57	6.253
Transferências	6.656	262	32	163	-	-	(7.374)	(262)	(180)	-	333	(370)
Baixas	-	(37)	-	-	-	-	(22)	-	-	-	-	(59)
Depreciação/amortização	(1.438)	(53)	(15)	(18)	(95)	(139)	-	-	-	-	-	(1.758)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	41.143	358	232	743	534	109	687	-	91	123	3.740	47.760
Adições	15	-	-	-	-	10	4.519	104	541	6.339	59	11.587
Transferências	1.473	104	4	746	(190)	-	(1.846)	(104)	(476)	(4.121)	99	(4.311)
Depreciação/amortização	(1.676)	(61)	(17)	(31)	(141)	(119)	-	-	-	-	-	(2.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	40.955	401	219	1.458	203	-	3.360	-	156	2.341	3.898	52.991
Taxa média de depreciação %	7%	14%	6%	3%	20%	50%						

(a) Em atendimento ao CPC 06/IFRS 16, a Companhia registrou como ativo de direito de uso o contrato de aluguel da sua sede administrativa. A amortização do direito de uso foi calculada pelo prazo do contrato de locação.

(b) Refere-se principalmente aos projetos de modernização dos reguladores de tensão e velocidade e do banco de baterias.

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado. A depreciação é calculada de forma linear de acordo com as taxas definidas pela ANEEL.

10. Intangível

	Licenças de uso e Software	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	573	-	573
Adições	124	-	124
Transferências (*)	370	-	370
Amortização	(291)	-	(291)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	776	-	776
Transferências (*)	-	4.311	4.311
Amortização	(152)	(465)	(617)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	624	3.846	4.470
Taxa de amortização %	20%	20%	

(*) Refere-se a itens transferidos do imobilizado para o intangível para melhor classificação contábil. Substancialmente o saldo refere-se à benfeitoria na UNESP, conforme convênio assinado de 05 anos, sendo amortizado pelo prazo do contrato.

11. Contas a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Materiais e serviços (a)	2.948	2.833
Passivo de arrendamento (b)	-	123
Total	2.948	2.956

(a) A conta de fornecedores é composta principalmente por saldos a pagar de materiais de manutenção e serviços da mesma natureza e imobilizado.

(b) Vide Nota Explicativa nº 9.

12. Encargos do setor

	31/12/2021	31/12/2020
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	4.368	3.721
TFSEE - Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	50	45
CFURH - Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	646	1.178
TUST - Tarifa de uso do sistema de transmissão e conexão	7.470	7.775
	12.534	12.719

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em conformidade com a Lei 14.120/2021, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem investir anualmente um percentual de sua receita operacional líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do setor de energia elétrica. As empresas do setor de geração de energia elétrica, devem investir no mínimo 1% de sua Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de P&D regulados pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi criada, pela Lei nº 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A Lei nº. 12.783, de 11/01/2013, reduziu a TFSEE de 0,5% (cinco décimos por cento) para 0,4% (quatro décimos por cento) do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pelo uso dos recursos hídricos para a geração de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL gerencia a cobrança da taxa e a distribuição dos recursos arrecadados entre os municípios, Estados e a União.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A Resolução 281, de 1º de outubro de 1999, estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão. A cobrança está regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 559/2013 que define o pagamento do uso do sistema de transmissão por meio da aplicação das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST aos sistemas de transmissão de energia elétrica, a operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

13. Partes relacionadas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2020</u>
	<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>
Furnas Centrais Elétricas S.A.	665	(11.407)	1.181	(12.471)
	665	(11.407)	1.181	(12.471)

O saldo do passivo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, referem-se aos valores a pagar referente ao encargo da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

Os valores registrados no resultado de 31 de dezembro de 2021 e de 2020 referem-se ao encargo da TUST e ao Contrato de Prestação de Serviços de Operação junto ao sistema elétrico da UHE Três Irmãos.

Os saldos de passivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas as operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro acima e foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

14. Salários, provisões e encargos sociais a recolher

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários e encargos	519	444
Provisões para férias e encargos	1.292	1.092
Honorários da administração e encargos	55	55
	1.866	1.591

15. Provisões participação nos lucros, bônus e encargos

	<u>31/12/2021</u>
Provisão de gratificações para empregados	1.534
Provisões bônus e encargos para administração	314
	1.848

16. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
IRRF PJ retido de terceiros	13	18
PIS, COFINS e CSLL retidos de terceiros	47	60
INSS retido de terceiros	130	59
ISS retido de terceiros	37	54
IRPJ a recolher	1.536	888
CSLL a recolher	793	632
PIS a recolher	240	214
COFINS a recolher	1.107	984
ICMS a recolher	1	2
	3.904	2.911

17. Obrigações especiais

A Usina Hidrelétrica Três Irmãos (UHE Três Irmãos), cuja concessão atualmente é detida pela Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Tijoá), tinha como concessionária até o dia 09 de outubro de 2014 a Companhia Energética de São Paulo (CESP). Durante a concessão da CESP ocorreu um sinistro na Unidade Geradora nº 05 (UG-05) da referida usina e a CESP acionou o seguro vigente à época, objetivando contratar os serviços e os equipamentos necessários à recuperação da unidade.

Ocorre que o reparo não foi realizado pela CESP, de forma que, extinto o prazo de vigência de sua concessão, foi realizado novo leilão da UHE Três Irmãos, sem que os referidos serviços de reparo fossem contratados. Nesta esteira, a Tijoá logrou-se vencedora do certame e assumiu a concessão no dia 10 de outubro de 2014, após um mês de operação assistida, com apenas 4 unidades geradoras funcionando, pois a UG-05 permanecia a espera de reparo. Dessa forma, a ANEEL, Agência reguladora do setor, entendeu que seria responsabilidade do novo concessionário, Tijoá, efetuar o serviço de reparo, mas determinou que para tanto fosse utilizado o valor do seguro vigente à época do sinistro. Após o recebimento pela CESP do montante do seguro, esta repassou a indenização para a Tijoá (R\$ 8.782).

Em 31 de maio de 2016, a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 5.864, autorizou a Tijoá a concluir o processo de contratação dos serviços e dos equipamentos necessários à recuperação da Unidade Geradora nº 5 (UG-05) da UHE Três Irmãos no valor total de R\$ 29.334, sem impostos.

Esse montante foi inserido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, na liquidação financeira da contratação de cotas de garantia física e de potência, na proporção das respectivas cotas de garantia física e de potência da UHE Três Irmãos para pagamento por cada distribuidora e registrado em contrapartida da conta “Obrigações especiais – Passivo não circulante”.

Adicionalmente, essa mesma Resolução, estabelece que o prêmio do seguro supracitado é parte integrante desse ressarcimento financeiro e deveria ser descontado das últimas parcelas do cronograma de desembolso estabelecido pela ANEEL, logo também deveria ser considerado como “Obrigações especiais”.

Dessa forma, com base na referida Resolução, o registro do valor do prêmio de seguros foi contabilizado no passivo circulante da Companhia a título de adiantamento. Em 02 de março de 2017, por meio de Despacho nº 590 de 02 de março de 2017, a ANEEL determinou que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE efetuassem, a partir de março de 2017 (competência fevereiro de 2017), a liquidação financeira da contratação de cotas de garantia física e de potência da UHE Três Irmãos, o desconto do valor do prêmio de seguro, liquidando o adiantamento.

Em 13 de outubro de 2017, por meio da Resolução Autorizativa n.º 6.676, a Aneel autorizou o reembolso do montante de R\$ 3.146 à Companhia de custos diretos complementares incorridos durante a recuperação da UG-05, por meio da inserção pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE do valor complementar autorizado, na liquidação financeira da contratação das cotas de garantia física e de potência do mês de outubro de 2017. O referido montante foi recebido em 21 de novembro de 2017.

Em maio de 2017, a UG-05 entrou em operação passando a ser depreciada. Dessa forma, também conforme, a Resolução Autorizativa n.º 5.864 de 31 de maio de 2016, o saldo da conta de Obrigações Especiais é amortizado por montante equivalente a depreciação calculada sobre o valor do bem adquirido (UG-05) com esses recursos, de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício.

Assim sendo, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os saldos da conta estão demonstrados como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações especiais	27.637	28.675
	27.637	28.675

18. Patrimônio Líquido

18.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 13.801 dividido em 13.801.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A distribuição das ações está assim representada:

	31/12/2021	31/12/2020
Juno Participações e Investimentos S.A.	6.914	6.914
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.887	6.887
	13.801	13.801

18.2. Reservas

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva legal (a)	2.760	2.760
Reserva de lucros (b)	31.690	18.800
Total de Reservas	34.450	21.560

(a) Reserva legal é constituída no montante de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

(b) Em 30 de abril de 2020, por meio da Assembleia Geral Ordinária - AGO, os acionistas aprovaram a distribuição do saldo remanescente da Reserva de Retenção de Lucros do exercício de 2019, no montante de R\$ 14.617, pagos aos acionistas em junho de 2020. Assim como, em 08 de junho de 2021, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, os acionistas aprovaram a distribuição do saldo remanescente da Reserva de Retenção de Lucros do exercício de 2020, no montante de R\$ 18.800, pagos aos acionistas em junho de 2021.

18.3. Distribuição de lucros (dividendos)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	70.690	65.800
(-) Constituição da reserva de retenção de lucros	(31.690)	(18.800)
(-) Dividendos adicionais propostos	-	(10.000)
(-) Dividendos propostos/pagos	(39.000)	(37.000)

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, a Diretoria poderá levantar balanços semestrais ou trimestrais e submeter à Assembleia Geral de Acionistas o pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos à conta do lucro apurado no período, bem como o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária.

Em 17 de julho de 2020, por meio da Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 15.000 e pagos aos acionistas em julho de 2020.

Em 17 de agosto de 2020, por meio da Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 10.000 e pagos aos acionistas em agosto de 2020.

Em 26 de outubro de 2020, por meio da Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 12.000 e pagos aos acionistas em novembro de 2020.

Em 05 de janeiro de 2021, por meio da Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos adicionais referente ao exercício de 2020, no montante de R\$ 10.000 e pagos aos acionistas em janeiro de 2021.

Em 08 de junho de 2021, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária AGOE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos adicionais referente ao exercício de 2020 no montante de R\$18.800 e pagos aos acionistas em junho de 2021.

Em 16 de junho de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 6.000 e pagos aos acionistas em junho de 2021.

Em 09 de agosto de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 10.000 e pagos aos acionistas em agosto de 2021.

Em 12 de novembro de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 10.000 e pagos aos acionistas em novembro de 2021.

Em 21 de dezembro de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 13.000 e pagos aos acionistas em dezembro de 2021.

18.4. Lucro por ação

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	70.690	65.800
Quantidade de ações	13.801.000	13.801.000
Lucro por ação - Em R\$	5,12	4,77

19. Receita líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de vendas (ou serviços)	269.932	261.264
Deduções da receita		
(-) PIS - Programa de integração social	(4.454)	(4.311)
(-) COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	(20.515)	(19.854)
(-) ISS - Imposto sobre serviço	(2)	(166)
(-) Encargos setoriais (*)	(8.706)	(15.121)
(-) Total deduções da receita operacional	(33.677)	(39.452)
Receita operacional líquida	236.255	221.812

(*) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH.

20. Custo dos produtos e serviços prestados

	31/12/2021	31/12/2020
Custo serviços de terceiros	(13.083)	(14.894)
Custo com pessoal	(12.702)	(10.241)
Custos com encargos do setor (*)	(91.473)	(85.958)
Materiais	(1.962)	(2.122)
Depreciação	(522)	(272)
Seguros	(1.603)	(1.423)
Outros	(39)	(12)
	(121.384)	(114.923)

(*) Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST e Tarifas de Uso do Sistema de Conexão.

21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Honorários, encargos e benefícios da administração e do conselho fiscal	(1.777)	(1.906)
Bônus e encargos da administração	(314)	(317)
Pessoal e encargos	(3.665)	(3.383)
Serviços de terceiros	(1.091)	(890)
Viagens	(32)	(33)
Depreciação	(485)	(448)
Amortização	(617)	(291)
Materiais e outros	(105)	(99)
Gastos com ocupação	(122)	(90)
Outros	(29)	-
	(8.237)	(7.457)

22. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	539	354
Outras receitas financeiras	55	18
	594	372
Despesa financeira		
Comissões e despesas bancárias	(284)	(280)
Outros juros, multas e atualizações	(94)	(83)
	(378)	(363)
Resultado financeiro	216	9

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Considerações gerais e políticas

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

Gestão de risco financeiro - Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos das atividades de seus negócios.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da companhia é quase nulo porque a companhia não possui financiamentos e as aplicações financeiras são mantidas em Certificado de Depósito Bancário - CDB.

Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados ao seu cliente. A Companhia também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações de renda fixa e curto prazo de vencimento.

b) Risco de liquidez

A Companhia monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo.

c) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2021, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis pelo fato de elas estarem atreladas basicamente à variação do CDI.

24. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

a) Tributos diferidos patrimoniais

	31/12/2021	31/12/2020
Diferença temporária - PLR/Gratificações	1.534	-
Diferença temporária – Provisões para litígios	20	-
Alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
Total do IRPJ e CSLL diferidos ativo	529	-

b) Tributos correntes

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Resultado antes do IR e CSLL	106.850	99.441
Imposto de Renda e Contribuição Social alíquota nominal	36.329	33.810
(Adições) / exclusões temporárias (a)	529	(213)
(Adições) / exclusões permanentes (b)	151	71
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	(119)	(113)
Lei do Bem	(177)	(103)
Outros (c)	(24)	(24)
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	(36.689)	(33.428)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	529	(213)
Total	(36.161)	(33.641)
Alíquota efetiva	34%	34%

(a) Adição/exclusão dos valores correspondentes a provisões de gratificação e encargos, e provisões para litígios;

(b) Adição/exclusão dos valores correspondentes a benefícios da diretoria e doações;

(c) Parcela isenta do adicional do Imposto de Renda.

25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Abaixo demonstramos as apólices em vigor:

Coberturas	Vencimento	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil	07/11/2022	30.000	28
Riscos operacionais	07/11/2022	2.369.649	1.937
D & O	30/07/2022	20.000	14
Risco conteúdo	14/02/2022	500	1
Veículos	25/05/2022	501	11

26. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 08 de junho de 2021, o valor proposto pela Administração para a remuneração global para o ano de 2021 foi aprovada pela acionista Juno Participações e Investimentos S.A. e não foi aprovada pela acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. que propôs a manutenção da remuneração aprovada para o exercício de 2020, no montante de até R\$ 2.091. Ante a ausência de definição das acionistas quanto o valor da remuneração global para o ano de 2021, a Diretoria, por orientação do Conselho de Administração da Companhia, adotou, para o ano de 2021, o valor aprovado para a remuneração global do ano de 2020, no montante de R\$ 2.091.

A destinação deste montante foi dada pelo Conselho de Administração, sendo certo que, no que se refere à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, será observado o disposto no parágrafo 3º do art. 162 da Lei da S.A.

A remuneração total do pessoal chave da Administração reconhecida no resultado dos exercícios está apresentada no quadro da Nota Explicativa nº 21.

27. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, ambientais e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, adota a prática de provisionar apenas aquelas contingências classificadas como de risco provável.

As causas prováveis em 2021 foram provisionadas no montante de R\$ 20, de natureza civil. Não havia contingências classificadas como risco provável de perda na data-base 31 de dezembro de 2020. As causas classificadas como perda possível, não são registradas nas demonstrações contábeis, e são apresentadas como a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Riscos trabalhistas	649	2.628
Riscos cíveis	10	30

* * *